ANO II — Lisboa—Sabado, 9 de Março de 1918 — N.º 316

Pela Grei

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: — «MONARQUIA» — LISBOA

Director
Conde de Monsaraz

Redactor principal
Antonio Sardinha

Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada

Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20

Impressão — Rua da Atalaia, 134

Editor — João M. Santos

Telefone: C. 1635

NA ALVORADA DA ESPERANÇA

Na hora de tristeza que se atravessa, não desanima nunca a flama ardente que ilumina o nosso movimento. A' roda do primeiro ano de existencia de A MONARQUIA a noite de hoje ficará como um sinal duradoiro da vitalidade do **Integralismo**. Com tantos amigos ausentes, honrando a Patria e a Raça, é para eles que em comunhão estreitissima o pensamento de todos nós se dirige. E' pouco o caminho andado. Mas como a semente lançada á terra vai germinando na graça de Deus! As energias perdidas de Portugal conhecem o seu terceiro dia na admiravel revivescencia nacionalista em que a alma da mocidade vibra unanime. Um espirito novo se levanta, um espirito novo amanhece por sobre a nossa terra dolorida. Não morreram na esterilidade as agonias longas da expiação: São agora a melhor segurança da grande ressurreição que se aproxima. Nós não queremos restaurar a Monarquia em Portugal. Mas restauraremos Portugal pela Monarquia: E' restaurar Portugal pela Monarquia é restituir-nos á posse das nossas instituições tradicionais, em que a experiencia secular do nosso povo se definiu e consubstanciou. Sabemos para onde vamos, porque sabemos donde vimos. Mais que os valores dispersos de simples individuos que passam, a nossa obra é reatar a continuidade desfeita. No obscurecimento total da consciencia colectiva, não nos falta a finalidade que nos ha-de conduzir á victoria. Sejamos os cavaleiros da Obediencia e da Lealdade! A Terra e o Sangue, em duro cativeiro, aguardam de nós o gesto libertador. Vai decorrido apenas um momento da nossa velada de armas. Nada de esmorecimentos nem de hesitações! Se a jornada é dificil, tanto maior será a gloria com que a levaremos ao cabo. Olhemos aos que eramos quando começámos, olhemos aos que hoje já somos,—uma hoste que aumenta tocada dum vento forte de milagre. Não ha direito de duvidar do futuro, quando um tão alto sentimento de resgate nos reune a todos no mesmo pensamento e na mesma aspiração. E' a alvorada da esperança que se anuncia. Felizes de nós que a podemos saudar quando ela vinha ainda para trás do horisonte.

SEM EQUIVOCOS

Nas suas visitas á Provincia e nos meios em que tem penetrado, ha quatro meses que não faltam ao sr. dr. Sidonio Pais os aplausos glorificadores do seu notavel feito de armas.

E enquanto toda a Nação consagra as suas honradas intenções e comenta alguns factos que iniludivelmente as justificam, as patrulhas dos politicos profissionais vão alargando á volta do governo o circulo de suspeições com que premeditam inutilizar a sua acção administrativa. De passo em passo, a cada ambição perdida, é o descontentamento a lavrar por entre a intriga cerrada em que se consomem agora os novos cães-de-guarda da legalidade...

O disfarce mais vulgar do seu despeito é a defesa da Republica que perigava nas mãos de uma ditadura parlamentar de opressão e que maior risco vai correndo no governo de um homem que é a unica garantia de ordem que ha sete anos se conhece em Portugal.

Não é costume discutir neste lugar as pessoas dos politicos até pela razão de que todos os dirigentes republicanos se equivalem nas intenções e no procedimento, como escravos do interesse das facções a que presidem.

Muitas vezes aqui se tem escrito que a nova experiencia republicana, tentando outras formas da adaptação, corrigindo escandalosos abusos, só tem o valor de uma lição a mais para quem ainda não estiver curado da ilusão democratica.

Mas contra a situação de facto a que chegámos na politica portuguesa e com tão exaltado aplauso como talvez não tinha havido, desde 1828, levanta-se o clamor sentimental da pureza dos principios por parte daqueles que não alcançaram os seus fins.

Ignoramos as intenções do sr. presidente da Republica e do seu governo quanto ás reformas que se propõem levar a cabo nas leis e nos costumes politicos.

Pouco menos que indiferente elas podem ser para aqueles que se confessam monarquicos incondicionais, embora como portugueses devam aplaudir lisalmente alguns beneficios que porventura possam vir á Nação, sob a forma de estado republicano. Mas, por muito bons desejos que tenhamos tido, a nossa espectativa ainda não deixou de malograr-se, porque os momentos que se oferecem perdem-se uns após outros, na mesma inconsciencia ou na mesma impossibilidade.

Cremos que a maioria, para não dizer a unica razão, que se exterioriza no combate surdo ou descoberto ao governo é o receio de que vamos para a Monarquia.

Ir para a Monarquia é um pensamento que nesta hora assusta em igual proporção o mais exaltado republicano e o mais prudente realista. Parece-me até que este receio é a unica formula de acordo em que um e outro se podem confundir.

Ora a attitude dos monarquicos está tão claramente definida, com tanta coerencia provada e por motivos tão evidentes que deveriam tranquilizar-se os ardores de toda essa turba, cuja desvairada cegueira ainda não lhe deixou compreender que em sete seculos de Monarquia vivemos e em sete anos de Republica parece que agonizamos.

O sr. Sidonio Paes, republicano, não fará a Monarquia, porque a sua dignidade o impede de trair as suas convicções e nem nós precisamos de lhe ficar devendo o favor de se substituir á ordem normal dos acontecimentos que dominarão toda a logica, toda a força e todo o delirio sentimental dos articulistas romanticos do regimen.

Se nós declaramos aplaudir o sr. Sidonio Paes, não é porque ele seja presidente com pastas ou sem elas, venha ou não venha a restaurar a pureza dos principios ou a deixa-los em sangue, a golpes de espada.

Ele afirmou-se um simbolo de ordem e pelas pessoas de que se rodeou garantiu a todos a probidade na administração publica. Isso nos basta.

Na hora presente, a menos propria para qualquer desvario politico, a nossa atitude é patriotica e absolutamente desinteressada.

Se a partilha do bolo eleitoral descompadrou os politicos republicanos, ai ficam o testamento da sua dedicação e a denuncia dos seus propositos...

Não se compreende bem a logica do queixume contra o nosso apoio a uma situação que não criámos, só porque nela não somos tratados como estrangeiros na propria terra.

Nada querendo os monarquicos do governo, senão que *governe*, facilmente os republicanos nos dispensarão desse dever que por considerações de interesse nacional e em obediencia ás ordens de El-Rei, lealmente estamos cumprindo, se ao lado do sr. Presidente se colocarem para defenderem a Republica dos perigos com que a dizem ameaçada.

Seria mais eficaz e mais louvavel o seu esforço do que andarem pelas alfurjas e pelos quarteis a tramar uma nova convulsão.

Decerto, não é por amor ao paradoxo, mas muito por amor á pele, que os monarquicos tem interesse em que se mantenha um governo que aplaudem todos os que trabalham e guerreiam aqueles que, a coberto da politica, se propõem viver do trabalho alheio.

A destrinça que neste momento se vai verificando, por selecção natural, dá para um lado os *bons* republicanos e para o outro os que o não são, os conservadores, os chamados indiferentes e os monarquicos.

Se de uma parte fica a Republica, do outro encontra-se a Nação.

Reduzido a esta simplicidade, quemquer pode equacionar o nosso problema politico. Ha de certificar-se do ludibrio com que uma minoria tem usurpado o poder publico e outras coisas publicas de Portugal e dos motivos com que inabalavelmente esperamos ver restituida a Patria ás suas naturais instituições.

Hipolito Raposo

ECONOMIA NACIONAL

As reclamações da União Operaria Nacional

Apareceu na imprensa uma nota das reclamações apresentadas pela U. O. N. ao sr. dr. Sidonio Paes.

Essas reclamações merecem-nos em certos pontos uma anulise mais ou menos detalhada, principalmente as reclamações motivadas pela carestia da vida.

A criação do tipo unico de pão de um só cerial, mesmo com a restrição quanto ao pão de milho, não é viavel porque a N. O. N. esqueceu que uma grande parte da população do paiz (Beiras, Traz-os-Montes) come pão centeio. Que fazer a esse centeio, que é mais barato do que o trigo, principalmente no nosso paiz onde ha regiões que não permitem a cultura do trigo ao passo que se prestam lindamente á cultura do centeio. Na Beira e Traz-os-Montes pelo menos seria quasi impossivel a aplicação do tipo unico de pão... trigo.

«A socialisação dos baldios e terrenos camararios incultos, que serão entregues á exploração dos sindicatos de trabalhadores rurais». Tambem não é realisavel para os tempos mais proximos, mesmo admitindo que tal socialisação fosse inteiramente defensavel, e não é realisavel pela muito simples razão de que... os *sindicatos de trabalhadores rurais* são muito poucos no nosso paiz. Era preciso organisa-los primeiro! Organisação das classes é uma das necessidades hoje mais imperiosas.

A mobilisação dos caminhos de ferro tem se feito em alguns paizes, fez-se ultimamente na grande Republica Norte-Americana, mas, não cremos que desse bons resultados no nosso paiz onde os caminhos de ferro do Estado são os unicos a acusarem *deficit* (Minho e Douro). Além disso para assegurar o regular abastecimento do paiz não é preciso recorrer á apropriação temporaria dos caminhos de ferro, bastará que o governo consiga das Companhias o compromisso formal do fornecimento diario dos vagões julgados indispensaveis para assegurar o abastecimento do paiz.

Quanto ás facilidades para a importação dos produtos que necessitamos, aproveitamento dos navios de guerra para possiveis transportes, aproveitamento dos transportes maritimos mobilizados pelo Estado, etc., estamos de acordo, sendo até para estranhar que nenhum dos ultimos governos procurasse por estes meios atalhar a medonha crise que nos assoberba.

A proibição da exportação de generos alimenticios já é um problema mais delicado a resolver, não vamos causar a morte de algumas florescentes industrias nacionais impedindo ao mesmo tempo a entrada do pouco ouro que a Portugal vem nestes sombrios tempos de guerra.

Quanto á intensificação da produção agricola, a que já por mais duma vez aqui nos temos referido, tambem estamos de acordo, repetindo nós que essas intensificação tem de ser tomada a serio e o mais rapidamente possivel porquanto o verdadeiro momento de a iniciar foi logo ao iniciarem-se as hostilidades em agosto de 1914.

A restrição do plantio da vinha tambem é necessaria e a mobilisação da propriedade rustica particular não cultivada, conquanto muito perigosa pelos abusos a que pode dar logar, é uma velha medida que o bom rei D. Fernando adoptou com a admiravel *lei das sesmarias*.

A extinção dos monopolios, condenaveis em principio, julgamo-la irrealisavel por causa dos imensos interesses que esses monopolios representam. E o dinheiro vale tudo!

Todo o capitulo das reclamações sobre *municipios* sofre de um erro basico: a falta de uma boa descentralisação administrativa que permitisse a cada autarquia local cuidar a serio dos varios problemas economicos da vida dos seus filhos. Descentralise-se que depois o municipio, naturalmente, instintivamente defenderá os seus interesses!

A. Campos Figueira

Por conveniencia de paginação publicamos na 2.ª pagina a «Carta de Paris», do nosso querido amigo Victor Falcão.

Nota politica

Teima o sr. Sidonio Pais em que a *republica nova* é a *republica velha* são duas coisas muito diferentes, e teimam os factos pelo seu lado em desmenti-lo flagrantemente. A *verdadeira democracia*, tão reclamada pelo sr. presidente, pretendeu por um instante incarnar o pensamento nacional, realizando numa formula transitoria de oportunismo, a união sagrada dos portugueses, numa hora critica da patria. Para cumprir o seu programa, para fazer uma democracia diferente da que estava, bastava que o sr. dr. Sidonio Pais destruisse a democracia. Sem isso não: aceita-la é aceitar todo um corpo de doutrina, viciada na sua origem por um defeito que a afecta em todas as suas manifestações e aspectos.

Para fazer politica nacional era necessario romper de vez com as oligarquias do regimen, pairar muito acima dos partidos, e exercer a função dificil de governar, sem uma hesitação e sem um desfalecimento.

Errou o sr. Sidonio Pais quando, cheio de prestigio das armas vencedoras na Rotunda, se sujeitou á hegemonia politica do camachismo, e recebeu os ministros das mãos do chefe dessa facção que não *representou nunca* uma força no país e que tem vivido sempre de habilidades, á sombra da confiança ingenua dos outros.

Errou segunda vez o presidente quando hesitou em romper com o sr. Camacho, num momento em que se tinha já desmascarado o seu jogo, e em que se agitava já o pendão encardido da salvação da republica, e se apregoavam os *imortais principios* em quebra fraudulenta, postos em cheque pelo *perigo monarquico* que aparece sempre nas grandes ocasiões, para despertar os brios adormecidos e as dedicações simples dos papalvos.

Errou terceira vez o sr. Sidonio Pais, agora que se dobrou ás imposições dos grupelhos revolucionarios, neste incidente desastrado do sr. Machado Santos, um lunatico da Republica com R grande, cavaleiro do ideal que trocou o cavalo branco por um bote de Cacilhas, e que vive tambem da sua ilusão suave, na torre de marfim em que se fechou para as ridalidades positivas da vida. Mas o que eu condeno não é a atitude do presidente para com o heroe da Rotunda n.º 1; é a abdicação perante as reclamações provocadoras dum determinado numero de cavalheiros que constituem dentro desta republica uma nova oligarquia, com os seus foros de revolucionarios de quatro ou cinco datas destes agitados anos de incerteza.

Um governo que corresponde a uma situação de facto apenas, que se ergueu pela força, desacompanhado da legitimidade dinastica, sem caracter de perpiancencia, servindo apenas circunstancias de ocasião dentro da encrenagem do oportunismo democratico, um governo desta ordem cai moralmente no dia da sua primeira transigencia. Trouxe do parque Eduardo VII um imperioso mandato revolucionario o sr. Sidonio Pais. Carece de cumpri-lo, para responder á expectativa benevola da nação, e para que as hesitações indesculpaveis do politico não inutilizem a decisão corajosa do militar.

Se o presidente quer realizar as possibilidades que a situação lhe oferece não pode, por principio algum, inclinar-se ás solicitações dos partidos mais ou menos disfarçadas, mais ou menos irritante, e confirmar mais uma vez a satira formidavel da *république des camarades*. Porque, para que a nação favoreça com a sua simpatia e o seu aplauso a obra do sr. Sidonio Pais é necessario que a sua obra seja rialmente nacional, desprendendo-se para sempre da atmosfera carregada da intriga de facção ou de *coterie*, para se a olar na consciencia colectiva do país que transitoriamente aceita uma situação desta natureza, na falta de melhor, sem esquecer por um momento a barreira que separa a grande maioria monarquica da minoria insignificante dos defensores do regimen, e sem abdicar dos principios que intransigentemente defende.

A. da S.

No alvor do Liberalismo

Dois estadistas

Os modernos historiadores teem desmascarado os embustes da Revolução, essa imoralissima epoca de lodo e de sangue, expressa por uma chacina em que a França foi o principal açougue.

Se alguma cousa ha de generoso e de justo nos principios de 1789 é cópia de idéas cristãs. A historia da Revolução tem sido vilmente falsificada, aviltando-se as suas vitimas, para se exaltarem os mais torpes scelerados. A imaginação romantica, ao serviço do lucro, e dos partidos de Quinet, Vitor Hugo, Michelet e outros, envenenou uma geração de crédulos e de fascinados.

O facto inicial, emblema da Revolução, é a *tomada da Bastilha*. As *Memorias da Bastilha* de Linguet narrando os seus sofrimentos nesta prisão são um panfleto hoje completamente refutado.

As suas descrições, patèticamente doloridas, haviam atiçado o odio contra o governo da Monarquia.

Essa *tomada* é a primeira falsificação historica, pois que a fortaleza ou cárcere da Bastilha não foi tomada, foi antes entregue por capitulação.

O governador, De Launay, queria fazê-la explodir, mas para poupar os habitantes das casas vizinhas rendeu-se com o promettimento solene de que respeitariam a sua vida e a da diminuta guarnição.

A cabeça de De Launay, depois de degolada, foi levado pelas ruas de Paris entre a populaça vociferando. A esta *nobre* estreia da Revolução acham-se ligadas a mentira mais cinica e a aleivosia mais repugnante. Ora este é o facto escolhido para se glorificar a Revolução. Fragmentos de pedras da Bastilha cnegaram a ornar os colos das damas, facetadas em medalhões. A que ridiculos obriga o fanatismo politico!

Dentro da Bastilha encontraram-se apenas sete presos, dos quais quatro eram acusados do crime de falsificação e três, detidos ordinarios, quando esperavam encontrar uma legião retumbante de inocentes e perseguidos.

Essa época foi devida, disse Rénan, á colaboração de todos os crimes e de todas as insanias, á obra de todos os scelerados.

Por sua vez disse Taine: «A Convenção, assembleia de cobardes, dominada por malfeitores, esteve á mercê da canalha e da espuma ordinaria das grandes cidades, que obteve a rendição da Bastilha e fez o 10 de Agosto. Toda a canalha, todos os ladrões que Paris contem é que a facção alistou, formavam a sua vanguarda. Estão aí as mulheres perdidas, e com elas, as ladras, e as prostitutas que os setembristas convenceram e depois alistaram. E' esta canalha anti-social que murmura nas sessões da Assembléa, da Comuna dos Jacobinos e do Tribunal revolucionario. Tal é o povo que reina sobre Paris e a França: 5.000 abutres e malfeitores e 2.000 meretrizes.»

Pode facilmente imaginar-se que qualidade de homens seriam os dirigentes deste execrando periodo da historia de França. Chateaubriand dizia: «E' tempo emfim de nos assustarmos com o estado em que vivemos desde a Revolução. Quem pensa na raça que se está educando nas nossas cidades e campos, em todas as crianças que nunca ouviram falar de Deus, nem da imortalidade da alma, nem nas penas e recompensas da outra vida? Quem pensa em que se pode converter semelhante geração, se não nos apressarmos a aplicar o remedio sobre a chaga? Os jornais vem todos os dias cheios de crimes cometidos por desgraçados de 11 a 12 anos. Os proprios camponeses se queixam dos vicios dos seus filhos.»

Vejamos como um diplomata arguciosa e estadista notavel de Portugal, pode tambem iluminar o quadro moral da Revolução Francêsa. Façamos um esboço biografico: Tendo ido de Ponte de Lima a Lisboa, Antonio de Araujo e Azevedo, amigo do abade Correia da Serra, travou conhecimento com o Duque de Lafões, valido poderoso de D. Maria I, e a este tanto agradaram as qualidades do futuro Conde da Barca que o fez nomear nosso ministro plenipotenciario na côrte de Haia, em substituição do conde das Galvcias. Em 1796 foi o conde da Barca encarregado de ir da Holanda para Paris afim de conseguir que o Directorio da Republica aceitasse um contra-projecto ao tratado de Basileia com mais um artigo secreto. O nosso governo queria mercar vantajosamente a paz á recente e temerosa republica francêsa. O conde da Barca empregou a maior diligencia no cumprimento da sua missão, gastando mais de 160 contos de réis em subornar e corromper os politicos da joven republica, conseguiu finalmente assegurar o tratado de 1797, que era o mais favoravel possivel para Portugal, mas hostil para a Inglaterra! Esta opôs-se á rectificação. Fizeram-se modificações, mas o governo da republica francêsa anulou o tratado.

Para comprar os membros do Directorio o governo português remeteu ao conde da Barca três milhões de cruzados em diamantes. Tendo um dos agentes de que ele se servia para comprar os membros do Directorio, e os ministros, denunciado as negociações secretas, foi o nosso diplomata acusado de procurar peitar os membros do governo francês, preso e conduzido á fortaleza do Templo e aí esteve detido dois meses. Deveu a sua liberdade aos proprios membros do Directorio, afim de que ele prisioneiro não fosse compelido a fazer revelações, pois eles eram os mais gravemente comprometidos no suborno, conseguintemente

Situação politica

Machado Santos volta ao poder

Esta manhã foi enviada aos jornais a seguinte nota oficiosa:

«Acaba de ser assinado um decreto criando os ministerios da agricultura e das subvenções.

Para a primeira foi nomeado o sr. Eduardo Fernandes de Oliveira e para o segundo o sr. Machado Santos».

José Carlos da Maia

Foi convidado para ministro da marinha o sr. José Carlos da Maia.

A posse dos novos ministros

Tomaram ontem posse os novos ministros srs.: dr. Henrique Forbes Bessa, da pasta do interior; dr. Martinho Nobre de Melo, da pasta da justiça; dr. Xavier Esteves, da pasta das finanças; tenente-coronel Pinto Osorio, da pasta do comercio, e dr. Alfredo de Magalhães, interinamente, da pasta da marinha.

Dr. José Pequito Rebelo

Do ilustre agricultor sr. dr. Solano de Abreu recebemos ha dias a carta que a seguir inserimos. Não a publicamos mais cedo, por aludir a documentos que nos diziam enviados, mas que não nos chegaram ás mãos. Fazemo-lo hoje, registando mais esta prova do apreço em que é tida na nossa agricultura a alta competencia do nosso querido amigo dr. José Pequito Rebelo:

Sr. Director da «Monarquia»

Em 4 do corrente o jornal de V. publicou uma carta do sr. dr. Rojão, do Sindicato de Reguengos, sobre a conveniencia dos sindicatos agricolas instarem junto do sr. ministro do Trabalho pela repatriação do ilustrado lavrador Pequito Rebelo, actualmente em França no Corpo Expedicionario Português. Cumpre-me informar V. de que, ao tempo da publicação da carta referida, já o Sindicato Agricola de Abrantes tinha feito uma representação naquele sentido ao sr. ministro do Trabalho. Essa representação foi assinada tambem pelos sindicatos agricolas desta região. Tomou essa iniciativa o Sindicato Agricola de Abrantes por ter a honra de contar no numero dos seus associados o dr. Pequito Rebelo.

A representação não foi enviada ao Sindicato de Reguengos, para ser por ele assinada, porque, limitando-se a assinatura ás associações agricolas desta região, procurou-se não demorar a entrega, que seria demasiadamente tardia se fosse firmada por todos os sindicatos agricolas do país.

Remato enviando a V. copia do citado documento e protestando a alta consideração com que sou

De V. , etc.

Solano de Abreu

Presidente do Sindicato de Abrantes

25-II-1918.

Dr. Ferreira Deusdado

Deste nosso prestigioso amigo publicamos hoje um interessante artigo. Pena é que a figura do Conde da Barca não ficasse mais á vista na sua obra de traição á Patria e ao Rei. O sr. Ferreira Deusdado é um dos mestres da nossa contra-revolução. Ainda ultimamente o seu notabilissimo livro. *A crise do ideal na Arte* no-lo comprovou superiormente.

Comandante da policia

O sr. capitão Lobo Pimentel, comandante da policia foi hoje alvo de uma manifestação de simpatia quando entrou no seu gabinete. Os revolucionarios pertencentes ao «Grupo 5 de Outubro Capitão Pimentel», descerraram o retrato daquele oficial que momentos antes haviam colocado no seu gabinete, e entregaram-lhe uma mensagem encerrada numa pasta.

Ao acto, que muito sensibilizou o actual comandante da policia, assistiram o sr. governador civil, oficialidade e chefes das duas secções de investigação, varios funcionarios do governo civil e muitos revolucionarios.

Representantes do mesmo grupo foram oferecer no actual chefe do distrito o seu prestimo na actual conjuctura.

A' "Republica,,

A *Republica* vem hoje responder-nos, furiosa, ás observações feitas aqui a proposito da sua atitude para com os presos politicos, quando ainda ha mêses o orgão do sr. Antonio José d'Almeida se calava sobre as prisões que o sr. Afonso Costa, seu patrão, mandava fazer arbitrariamente.

Achariamos nobre essa atitude, se ela fosse a de sempre.

Vir hoje defender os partidarios do sr. Afonso Costa, quando ainda ontem atacava os seus adversarios, parece-nos pouco digno da parte da *Republica*, se é que este jornal não é de todo isento de dignidade.

Não condenamos o vir a *Republica* em defeza de presos politicos, com quem nada temos, extranhamos apenas que ainda ha mêses se calasse a proposito das prisões arbitrarias do sr. Afonso Costa, e que da questão do *Rol de desonra* nos indicasse ao governo para que este nos mandasse para terras de Espanha.

Mas a *Republica* que sabe onde o sapato lhe aperta, sabe tambem quando a ocasião é conveniente para defeza de presos politicos. E é por isso que não acreditamos no procedimento honroso, qual é, segundo confessa, em vir em defeza de presos politicos.

A sua defeza é, quando muito um jogo politico.

A *Republica* com a publicação das cartas dos presos democraticos tem um fim; —não os defender como parece, mas atacar o sr. Sidonio Pais. Atacar o sr. Sidonio Pais, mais nada.

Nós já conhecemos de bem perto a *Republica*, assim como ela sabe as linhas com que se cose...

Conselheiro José Luciano de Castro

Passa hoje o 4.º aniversario do falecimento do ilustre estadista da Monarquia, sr. conselheiro José Luciano de Castro.

Por esse motivo o nosso presado amigo rev. Gonçalo Nogueira, resou uma missa de sufragio ás 11 horas da manhã, no templo dos Jerónimos.

Liga Naval Portugueza

Realisa-se esta noite ás 9 1|2 da noite, a conferencia do ilustre capitão de mar e guerra José Francisco da Silva, da Escola Naval, sobre o nosso problema colonial.

Mau prenuncio...

Acaba de aderir ao partido do sr. Camacho do Calhariz um cavalheiro que dá pelo nome de Sepulveda... já o mar unionista se encapelou todo com os dissidentes de S. Carlos. Se o sr. Camacho perde a serenidade no leme da casca de noz do seu partido temos naufragio pela certa...

São fatais os Sepulvedas!

O Cardeal Serafini

Faleceu em Roma sua Eminencia o Cardeal Serafini, com a edade de 66 anos.

Foi eleito Cardeal em 25 de maio de 1911, recebendo o respectivo chapeu em 28 do mesmo mez com o titulo de Santa Cecilia.

A 27 de janeiro de 1916 foi nomeado Prefeito das Religiões, e actualmente desempenhava as funções de Prefeito da Congregação da Propaganda Fide.